

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A

Relatório de revisão das informações contábeis
intermediárias.

Referente ao 3º trimestre do exercício de 2022.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

**Aos
Acionistas e aos conselheiros da
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A – SPA
Santos – SP**

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A – SPA referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022. As informações compreendem o balanço patrimonial, em 30 de setembro de 2022, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangentes para o período de três e nove meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente àqueles responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria. Consequentemente, esta revisão não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Logo, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve acreditar que as informações contábeis intermediárias supracitadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

Ênfases

Desestatização

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 “b”, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) iniciou, em 31 de janeiro de 2022, o período de consulta e audiência pública para tratar da desestatização do Porto Organizado de Santos. O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI), por meio da Resolução CPPI nº 246, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2022, aprovou a modelagem e as condições de desestatização da Autoridade Portuária de Santos S.A. e do Porto Organizado de Santos. O processo de desestatização e concessão do Porto de Santos foi encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU), em 23 de setembro de 2022, para a devida análise. O prazo do contrato de concessão ficou estipulado em 35 anos, com possibilidade de prorrogação por mais 5 anos para fins de equilíbrio econômico-financeiro. O leilão será feito pelo critério de maior valor de outorga, com lance mínimo estipulado de R\$ 3,02 bilhões, além da previsão de novos investimentos, no montante de R\$ 6,3 bilhões, em que R\$ 2,1 bilhões serão destinados para infraestrutura portuária e R\$ 4,2 bilhões, para a execução do túnel submerso ligando as cidades de Santos e Guarujá.

Em 29 de setembro de 2022, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) disponibilizou o acesso aos documentos técnicos relativos à desestatização e concessão da SPA e do Porto de Santos que foram enviados ao Tribunal de Contas da União (TCU). Nesse momento, o resultado do processo de desestatização não tem potencial para afetar as demonstrações contábeis de 30 de setembro de 2022. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Contrato de arrendamento – Reequilíbrio econômico-financeiro

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 “d”, em 26 de maio de 2022, foi publicado o acórdão nº 301-2022-ANTAQ, referente ao Processo 50300.000038/2014-80, que envolve a arrendatária Ecoporto Santos S.A. e a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA e trata do cálculo do valor passível de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de arrendamento PRES nº 028/1998, de titularidade da empresa arrendatária no Porto de Santos cujo prazo de vigência expira em junho de 2023.

Nesse acordo, determinou-se que, para fins de cálculo de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos requeridos pelo Poder Concedente por meio do Ofício do nº 83/2022/DGCO/SNPTA, devem ser considerados os investimentos realizados e não amortizados relativos a equipamentos, implantação de sistemas e obras civis. O acórdão declara que o reequilíbrio econômico-financeiro considera um valor presente líquido negativo na data-base de 31 dezembro de 2016 no montante de R\$ 94.304 mil. A responsabilidade pelo pagamento desse montante (SPA ou Poder Concedente) está em análise pela SNPTA. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Nova tabela tarifária

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 “a”, a partir de 1º de abril de 2022, passou a vigorar uma nova estrutura tarifária (Tabela I) aprovada pela ANTAQ. No entanto, a companhia foi obrigada a interromper, em 20 de abril de 2022, a vigência dessa nova Tabela I para os associados de uma entidade que obteve liminar judicial para suspender a cobrança. A companhia está envidando esforços legais para a retomada plena da vigência da nova estrutura tarifária, pois entende que o novo modelo amplia a transparência, permitindo uma melhor percepção pelos usuários dos valores cobrados; e corrige distorções históricas, garantindo isonomia nos pagamentos à Autoridade Portuária e evitando subsídios cruzados entre as tipologias de cargas.

Nesse contexto, foi concedida uma liminar para a companhia por meio da 2ª Vara Federal de Santos, para que os associados da entidade depositem em juízo a diferença entre os valores cobrados pela nova estrutura tarifária e a tarifa vigente até 31 de março de 2022. O montante da diferença a ser depositada, até 30 de setembro de 2022, é de R\$ 75.669 mil. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Barueri, 3 de novembro de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL
DE
OLIVEIRA:902384
35091

Assinado de forma digital
por ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2022.11.04
15:00:56 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

BALANÇO PATRIMONIAL

(em milhares de reais)

ATIVO	Notas	30/09/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	30/09/2022	31/12/2021
Circulante		<u>1.961.858</u>	<u>1.473.202</u>	Circulante		<u>657.060</u>	<u>695.759</u>
Caixa e equivalentes de caixa.....	4.1	1.696.886	1.284.470	Salários, provisão de férias e encargos sociais	14	52.368	63.860
Contas a receber de clientes, líquidas	5	79.825	97.736	Fornecedores e prestadores de serviços.....	15	104.087	55.267
Direitos contratuais de arrendamento - Outorga.....	6	181.163	86.111	Impostos e contribuições	16	30.370	27.464
Estoques.....		522	600	Dividendos a pagar.....		-	76.946
Créditos tributários.....	7	204	2.023	Plano de pensão - contribuição mensal.....	17.1.2	2.500	4.804
Outros créditos.....	13	3.258	2.262	Plano de pensão - Termo de Compromisso Financeiro.....	17.1.3	40.308	38.033
				Obras efetuadas por arrendatários	18	25.106	24.726
				Provisões trabalhistas, cíveis e tributárias	19.1	377.638	373.932
				Outras obrigações	22	24.683	30.727
Não Circulante		<u>2.679.464</u>	<u>2.496.386</u>				
Realizável a Longo Prazo		<u>1.079.811</u>	<u>879.251</u>	Não Circulante		<u>2.416.439</u>	<u>2.138.974</u>
Direitos contratuais de arrendamento - Outorga.....	6	633.938	344.445	Provisões trabalhistas, cíveis e tributárias	19.1	132.203	129.075
Partes relacionadas.....	8.1	272	345	Receita diferida.....	20	1.276.447	749.607
Depósitos judiciais	9	112.169	132.286	Obras efetuadas por arrendatários	18	79.076	92.043
Bens destinados à alienação.....		433	458	Plano de pensão - obrigação atuarial.....	17.1.1	213.101	289.798
Imposto de renda e contribuição social diferidos....	31.1	324.609	393.518	Plano de pensão - Termo de Compromisso Financeiro.....	17.1.3	470.258	472.239
Créditos tributários.....	7	7.174	6.670	Plano de Saúde e Complementação de Aposentadorias.....	17.2	62.798	64.627
Outros créditos.....	13	1.216	1.529	Créditos da União para aumento de capital.....	21	182.556	341.585
				Patrimônio Líquido		<u>1.567.823</u>	<u>1.134.855</u>
				Capital social.....	23.1	996.168	810.554
Imobilizado.....	10	1.595.711	1.614.108	Lucros (prejuízos) acumulados.....		415.961	-
Intangível.....	11	3.942	3.027	Reserva legal.....	23.2	16.199	16.199
				Reserva de dividendos adicionais propostos.....		-	230.837
				Outros resultados abrangentes	23.3	139.495	77.265
TOTAL DO ATIVO		<u>4.641.322</u>	<u>3.969.588</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>4.641.322</u>	<u>3.969.588</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

DETALHE	notas	Período de três meses findo em		Período de nove meses findo em	
		30 de setembro de		30 de setembro de	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida	25	386.074	279.272	1.038.928	828.326
Custo dos produtos e dos serviços prestados.....	26	(147.350)	(83.522)	(303.742)	(243.901)
Lucro bruto		238.724	195.750	735.186	584.425
Outras receitas (despesas) operacionais		(64.269)	(36.526)	(166.077)	(127.641)
Despesas administrativas e gerais	27	(46.587)	(46.275)	(150.184)	(135.657)
Outras receitas operacionais	28	389	1.084	7.483	9.196
Outras despesas operacionais	29	(18.071)	8.665	(23.376)	(1.180)
Resultado operacional.....		174.455	159.224	569.109	456.784
Resultado financeiro		40.547	(5.038)	86.733	(34.372)
Receitas financeiras	30	65.044	23.381	186.276	51.670
Despesas financeiras	30	(24.497)	(28.419)	(99.543)	(86.042)
Resultado antes dos tributos		215.002	154.186	655.842	422.412
Imposto de renda e Contribuição Social.....	31.2	(79.103)	(55.929)	(239.881)	(154.441)
Corrente		(59.002)	(24.965)	(170.972)	(95.055)
Diferido.....		(20.101)	(30.964)	(68.909)	(59.386)
Lucro (prejuízo) do período		135.899	98.257	415.961	267.971
LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES	24	0,20	0,21	0,62	0,80

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Lucro (prejuízo) do período.....	135.899	98.257	415.961	267.971
Ganhos (Perdas) atuariais com plano pensão de benefício definido.....	(14.705)	24.013	62.328	75.129
Ganhos (Perdas) atuariais - plano de saúde.....	(175)	2.565	2.726	11.468
Ganhos (Perdas) atuariais - complementação de aposentadorias.....	(1.266)	(1.827)	(2.824)	2.197
Resultado abrangente	119.753	123.008	478.191	356.765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
			RESERVA LEGAL	DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS		
SALDOS EM 31/12/2020	1.414.100	(45.093)	-	-	(1.132.493)	236.514
Ajustes de exercícios anteriores.....	-	-	-	-	(5.158)	(5.158)
Aumento de capital por capitalização de créditos da União.....	528.947	-	-	-	-	528.947
Redução do capital social para absorção de prejuízos acumulados	(1.132.493)	-	-	-	1.132.493	-
Resultado do período de 01/01/2021 a 30/09/2021.....	-	-	-	-	267.971	267.971
Outros resultados abrangentes - plano de pensão de benefício definido	-	75.129	-	-	-	75.129
Outros resultados abrangentes - plano de saúde.....	-	11.468	-	-	-	11.468
Outros resultados abrangentes - complementação de aposentadorias.....	-	2.197	-	-	-	2.197
SALDOS EM 30/09/2021	810.554	43.701	-	-	262.813	1.117.068
SALDOS EM 31/12/2021	810.554	77.265	16.199	230.837	-	1.134.855
Aumento de capital por capitalização de créditos da União.....	185.614	-	-	-	-	185.614
Resultado do período de 01/01/2022 a 30/09/2022.....	-	-	-	-	415.961	415.961
Outros resultados abrangentes - plano de pensão de benefício definido	-	62.328	-	-	-	62.328
Outros resultados abrangentes - plano de saúde.....	-	2.726	-	-	-	2.726
Outros resultados abrangentes - complementação de aposentadorias.....	-	(2.824)	-	-	-	(2.824)
Dividendos adicionais propostos aprovados na AGO de 2022	-	-	-	(230.837)	-	(230.837)
SALDOS EM 30/09/2022	996.168	139.495	16.199	-	415.961	1.567.823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(em milhares de reais)

DETALHE	Período de nove meses findo em 30 de setembro	
	2022	2021
Lucro líquido do período	415.961	267.971
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa oriundo das atividades operacionais		
- Ajustes de exercícios anteriores.....	-	(5.158)
- Depreciação e amortização	29.915	30.762
- Provisão (Reversão) no valor recuperável de ativos - Impairment	-	132
- Valor residual de ativos baixados	9	2.080
- Provisões Trabalhistas, cíveis e tributárias.....	6.586	16.460
- Provisão (Reversão), líquida - perdas com créditos liquidação duvidosa.....	677	(57.944)
- Provisão (Reversão), líquida de contas a pagar	7.291	(11.910)
- Resultado atuarial com plano de pensão e benefícios pós emprego.....	10.985	(3.667)
- Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS	-	(1.563)
- Provisão (Reversão) - depósitos judiciais.....	(4.506)	(20.389)
- Apropriação de receitas diferidas.....	(41.411)	(31.239)
- Juros, variação monetária e encargos financeiros líquidos não realizados.....	34.661	6.273
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	68.909	59.386
Redução (aumento) de ativos		
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	-	12.589
Contas a receber de clientes, líquidas	(327.233)	82.521
Créditos tributários.....	1.708	(1.808)
Partes relacionadas	73	5.544
Depósitos judiciais	24.621	6.189
Outros ativos.....	(239)	(2.550)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores e prestadores de serviços	41.527	8.160
Salários, provisão de férias e obrigações sociais	(11.492)	8.740
Impostos e contribuições.....	2.905	(13.257)
Plano de Pensão e benefícios pós emprego.....	(77.835)	(27.257)
Obras efetuadas por arrendatários.....	(12.587)	4.090
Receita diferida	568.250	899
Créditos da União para aumento de capital.....	-	(12.285)
Outros passivos.....	(6.044)	2.945
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	732.731	325.714
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado.....	(11.757)	(17.700)
Aquisição de intangíveis.....	(775)	(186)
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de investimentos	(12.532)	(17.886)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(307.783)	-
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de financiamentos	(307.783)	-
Total dos fluxos de caixa	412.416	307.828
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	412.416	307.828
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	1.284.470	859.861
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.696.886	1.167.689

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30/09/2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autoridade Portuária de Santos S/A, doravante denominada "COMPANHIA" ou "Companhia", é uma empresa pública, com 99,99999984% do capital integralizado pela União com prazo de duração indeterminado, que se rege pelas normas de direito privado e, especificamente, pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Estatuto Jurídico das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 (e demais alterações posteriores), bem como por seu Estatuto Social.

Eventos Relevantes

a) Nova tabela tarifária

A vigência da nova estrutura tarifária iniciou em 01/04/2022. No entanto, a COMPANHIA foi obrigada a interromper, em 20/04/2022, a vigência da Tabela I da nova estrutura tarifária para os associados de uma entidade que obteve liminar judicial para suspender a cobrança da nova tabela. A Companhia está envidando esforços mediante os meios legais para a retomada plena da vigência da nova estrutura tarifária, por entender que o novo modelo amplia a transparência, permitindo uma melhor percepção pelos usuários dos valores cobrados, e corrige distorções históricas para garantir isonomia nos pagamentos à Autoridade Portuária, evitando subsídios cruzados entre as tipologias de cargas. Nesse contexto, foi concedida liminar para a Companhia através da 2ª Vara Federal de Santos para que os associados da entidade depositem em juízo a diferença entre os valores cobrados pela nova estrutura tarifária e a tarifa vigente até 31/03/2022. O montante da diferença a ser depositada, até 30/09/2022, é de R\$ 76 milhões.

b) Desestatização

O Conselho do Programa /de Parcerias de Investimentos (CPPI), através da Resolução CPPI nº 246, publicada no Diário Oficial da União de 16/09/2022, aprovou a modelagem e condições de desestatização da Autoridade Portuária de Santos S.A. e do Porto Organizado de Santos.

O processo de desestatização e concessão do Porto de Santos foi encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU) em 23/09/2022 para a devida análise.

O prazo do contrato de concessão ficou estipulado em 35 anos, com possibilidade de ser prorrogado por mais 5 anos – para fins de equilíbrio econômico-financeiro. O leilão será pelo critério de maior valor de outorga, com lance mínimo estipulado de R\$ 3,02 bilhões, além da previsão de novos investimentos no montante de R\$ 6,3 bilhões, onde

R\$ 2,1 bilhões serão destinados para infraestrutura portuária e R\$ 4,2 bilhões para execução do túnel submerso ligando as cidades de Santos e Guarujá.

Em 29/09/2022 a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) disponibilizou o acesso para os documentos técnicos relativos à desestatização e concessão da SPA e do Porto de Santos, que foram enviados ao Tribunal de Contas da União (TCU).

c) Capitalização AFAC

Na AGE realizada em 09/08/2022 foi aprovada a capitalização dos créditos da UNIÃO no montante de R\$ 185.613.880,10, conforme Decreto Presidencial não numerado de 10/06/2011, bem como do acionista minoritário (Município de Santos).

Em 28/09/2022 a AGE homologou o aumento de capital social da Companhia que passou a ser de R\$ 996.168.262,54, conforme abaixo:

	em reais		
Acionistas	Capital Anterior	Aumento de Capital	Capital Social após Integralização
União Federal	810.554.381,15	185.613.879,80	996.168.260,95
Minoritários	1,29	0,30	1,59
TOTAL	810.554.382,44	185.613.880,10	996.168.262,54

d) Contrato de arrendamento – reequilíbrio econômico–financeiro

Em 26 de maio de 2022 foi publicado o acórdão nº 301-2022-ANTAQ, referente ao Processo 50300.000038/2014-80, envolvendo a arrendatária Ecoporto Santos S.A. e Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA, que trata do cálculo do valor passível de reequilíbrio econômico–financeiro do contrato de arrendamento PRES nº 028/1998, de titularidade da empresa arrendatária no Porto de Santos, cujo prazo de vigência expira em junho/2023. Neste acórdão, foi determinado que, para fins de cálculo de reequilíbrio econômico–financeiro do referido contrato, nos termos requeridos pelo Poder Concedente por meio do Ofício do nº 83/2022/DGCO/SNPTA, devem ser considerados os investimentos realizados e não amortizados, relativos a equipamentos, implantação de sistemas e obras civis.

O acórdão declara que o reequilíbrio econômico–financeiro considera um valor presente líquido negativo no montante de R\$ 94.304, com data–base em dezembro de 2016. A responsabilidade pelo pagamento deste montante (SPA ou Poder Concedente) está em análise pela SNPTA.

e) Cisão do Fundo de Pensão

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em 28/09/2022, através de despacho no processo nº 44011.005389/2022-40, informou que o PORTUS finalizou o processo de cisão com implantação do Plano PBP-SPA (espelho) para parcela cindida referente à patrocinadora Autoridade Portuária de Santos, atestando que o

processo foi instruído adequadamente com os documentos exigidos pela norma regente vigente. Conforme Termo de responsabilidade de finalização de cisão – SPA (SEI 0488169), a data base efetiva da cisão ocorreu em 31/05/2022.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações financeiras intermediárias são preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As informações contábeis intermediárias são preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

As demonstrações financeiras intermediárias são preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos relevantes ocorridos no exercício de 2022 e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

As informações contábeis intermediárias, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 30 de setembro de 2022, têm sua divulgação autorizada pela Diretoria conforme reunião realizada no dia 03 de novembro de 2022.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis, estimativas, julgamentos contábeis e métodos de mensuração são os mesmos que os adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais e estão detalhadas em notas explicativas específicas.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, moeda funcional da Companhia e de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. As normas atuais estabelecem requerimentos para a classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros.

a) Perda no valor recuperável dos ativos financeiros:

As perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos.

b) Classificação e mensuração de ativos financeiros:

Os ativos financeiros devem ser classificados em uma das três categorias estabelecidas pelas normas contábeis: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros da Companhia incluídos na categoria de custo amortizado compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos com partes relacionadas e contas a pagar com prestadores de serviços e fornecedores.

Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados e de arrendamentos, no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas no não circulante.

Reconhecimento das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos. Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais, considerando também parecer dos advogados da Companhia nos valores que envolvam análise dos processos judiciais e seguindo as normas contidas no CPC-48.

Estoques

Os estoques compreendem os materiais destinados ao consumo e à manutenção das atividades, são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizado 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem. Conforme determina a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realiza anualmente teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado

Intangível

Os ativos intangíveis são compostos por licenças de uso de softwares e estão demonstrados pelos custos de aquisição e demais custos de implementação, deduzido da amortização acumulada. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

Partes Relacionadas

É a parte que está relacionada com a Companhia, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da Companhia (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na Companhia que lhe confira influência significativa sobre a mesma; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a Companhia, conforme Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia.

Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso das atividades operacionais e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado.

Salários, encargos e contribuições sociais

Os salários, férias, 13º salário, participação nos lucros, acrescidos dos encargos e contribuições sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

Operações de arrendamento – IFRS 16 – CPC 06 (R2)

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

A Companhia adotou as isenções previstas na norma relativas ao reconhecimento de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente é de baixo valor, não havendo impacto tributário nas demonstrações intermediárias.

Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza.

Receita diferida

Os contratos de arrendamentos assinados pela Companhia envolvem montantes de outorgas que são apropriados ao resultado, em base linear, durante o período compreendido entre a data de assunção da área pelo arrendatário e a data de término do contrato de arrendamento.

Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos e são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e é efetuado o seu reconhecimento.

Os passivos contingentes são reconhecidos quando são considerados como de perda provável pela área jurídica da Companhia e divulgados em nota explicativa quando são classificados como de perda possível.

Para fins de apresentação das informações contábeis intermediárias, a provisão não é demonstrada líquida dos depósitos judiciais.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no período de elaboração das informações contábeis intermediárias.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os tributos diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, as bases negativas da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das

informações intermediárias, sendo apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para qual as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Os créditos reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas da contribuição social, e respectivas realizações, estão suportados por projeções de resultados tributáveis e são revisados a cada encerramento de exercício.

O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias tributáveis quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas vigentes na data do balanço.

Tributos sobre receitas

As receitas tarifárias, de arrendamento de áreas e fornecimento de energia elétrica estão sujeitas à incidência do PIS – Programa de Integração Social e da COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade e os créditos decorrentes da não cumulatividade são apresentados como conta redutora da respectiva despesa que ensejou o crédito.

Sobre as receitas tarifárias há incidência do ISS – Imposto sobre Serviços a alíquota de 5%, apurado e recolhido para os municípios onde são prestados os serviços (Santos e Guarujá).

As receitas auferidas com o fornecimento de energia elétrica estão sujeitas, além do PIS e COFINS, à incidência de ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação, calculado pela alíquota de 18%.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidados após o vencimento, a atualização de créditos a receber e rendimentos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros incorridos com os passivos onerosos assumidos pela Companhia ou outras transações financeiras.

Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é garantido dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia tem a opção legal de atribuir aos acionistas juros calculados com base na TJLP aplicados sobre o patrimônio líquido, que são dedutíveis para fins tributários, podendo ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

Uso de estimativas

A elaboração das informações contábeis intermediárias requer que a Administração use estimativas e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as incertezas decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

4.1 – Caixa e equivalentes de caixa

Representam numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e bancos	9.325	10.095
Aplicações financeiras	1.687.561	1.274.375
Total	<u>1.696.886</u>	<u>1.284.470</u>

4.2 – Natureza das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Conforme Resolução 3284 de 25/05/2005, alterada pela Resolução 4034, de 30/11/2011, do BACEN, a aplicação das disponibilidades somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. As aplicações são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo seu valor de realização.

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fundo de renda fixa – BB	777.863	643.374
Fundo de renda fixa – CEF	909.698	631.001
Total	<u>1.687.561</u>	<u>1.274.375</u>

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDAS

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a Receber	86.286	120.528
Contas a Receber – recuperação judicial	15.275	15.275
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (i)	(21.736)	(38.067)
Total Contas a Receber, líquido	<u>79.825</u>	<u>97.736</u>

(i) Nas Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) estão incluídas apenas empresas com faturas vencidas, baseadas em estudo do *Aging List* em conformidade com o Normativo interno da Companhia.

Os valores a receber decorrentes das atividades estão garantidos por depósitos e/ou fianças bancárias e as eventuais perdas não possuem materialidade.

Em relação ao contas a receber, como resultado das análises, não foi identificada necessidade de constituir provisões adicionais nas operações vigentes.

6. DIREITOS CONTRATUAIS DE ARRENDAMENTOS – OUTORGA

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante	181.163	86.111
Não Circulante	633.938	344.445
Total Contas a Receber líquido	<u>815.101</u>	<u>430.556</u>

Direitos contratuais de arrendamento – outorga, correspondem aos saldos das outorgas das áreas STS 08A, STS 11, STS 14 e STS 14A.

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento da natureza dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRPJ e CSLL pagos a maior (i)	7.174	6.670
PIS/COFINS exclusão do ICMS na base de cálculo (ii)	-	1.831
Impostos retidos sobre faturamento	144	192
Outros Créditos	60	-
Total	<u>7.378</u>	<u>8.693</u>
Circulante	204	2.023
Não Circulante	7.174	6.670

(i) A importância registrada em IRPJ e CSLL pagos a maior decorre do pagamento efetuado sobre fatos geradores referentes a competência dezembro/2018, atualizados monetariamente pela variação da taxa Selic. O procedimento de restituição foi solicitado, administrativamente, e está em análise junto a Secretaria da Receita Federal.

(ii) O montante registrado de PIS e COFINS a recuperar refere-se a exclusão do ICMS na base de cálculo das citadas contribuições. Em março/2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em outubro/2018 a Receita Federal publicou Solução de Consulta Interna COSIT 13 determinando que o ICMS pago deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS. Entretanto, em maio/2021 o STF confirmou que o ICMS destacado na Nota Fiscal deve ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, e não somente o ICMS pago. Com esta decisão favorável, a Companhia apurou os valores dos tributos indevidamente recolhidos, considerando os aspectos relacionados ao tema no que concerne à quantificação dos créditos e ao método de atualização monetária dos montantes.

8. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os diversos órgãos da administração direta do poder executivo federal e os membros chave da administração da Companhia.

8.1 – Saldos em aberto com órgãos da administração direta

Os valores são decorrentes de cessão de funcionários aos órgãos da administração direta federal:

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	172	173
Ministério do Trabalho	92	153
Ministério da Economia em Itajaí/SC	-	11
Ministério da Infraestrutura	8	8
Total	272	345
Nº de funcionários cedidos	-	7

8.2 – Membros chave da administração da empresa

A nota 32.1 detalha a remuneração dos membros chave da administração.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios. Os valores dos depósitos judiciais visam garantir o recurso da sentença judicial. A natureza dos depósitos está segregada abaixo:

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Depósitos Judiciais Trabalhistas	88.264	105.355
Depósitos Judiciais Cíveis	22.862	24.371
Depósitos Judiciais Tributários	1.043	2.560
Total	<u>112.169</u>	<u>132.286</u>

10. IMOBILIZADO

Classe	Taxa anual de depreciação	30/09/2022			31/12/2021		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Mobiliário em Geral	10% a 20%	8.120	(6.795)	1.325	8.167	(6.759)	1.408
Veículos	10%	1.201	(801)	400	1.201	(729)	472
Máquinas Motores e Aparelhos	10% a 20%	17.508	(15.787)	1.721	17.439	(15.607)	1.832
Equipamentos Diversos	5% a 20%	4.524	(2.862)	1.662	4.194	(2.769)	1.425
Outros Bens Móveis	10%	856	(649)	207	710	(637)	73
Equipamentos de Informática	10% a 20%	50.837	(35.253)	15.584	48.005	(33.998)	14.007
Edifícios	2% a 7%	44.551	(19.064)	25.487	44.551	(18.239)	26.312
Instalações	1,43% a 20%	861.298	(163.085)	698.213	861.011	(154.981)	706.030
Obras em Andamento	-	69.628	-	69.628	63.447	-	63.447
Terrenos	-	29	-	29	29	-	29
Bens Móveis para Fins Industriais	3%	15.287	(13.109)	2.178	15.299	(13.035)	2.264
Bens Imóveis para Fins Industriais	3% a 5%	101.277	(81.048)	20.229	101.277	(79.844)	21.433
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	1,43% a 7%	254.948	(118.030)	136.918	254.948	(109.762)	145.186
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	1,43% a 5%	46.534	(29.622)	16.912	46.534	(28.872)	17.662
Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	-	-	-	-	42.594	-	42.594
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	-	108.238	-	108.238	51.840	-	51.840
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	1,43% a 7%	<u>664.223</u>	<u>(167.243)</u>	<u>496.980</u>	<u>678.026</u>	<u>(159.932)</u>	<u>518.094</u>
Total		2.249.059	(653.348)	1.595.711	2.239.272	(625.164)	1.614.108

a. Movimentação

Classe	Saldo em 31/12/2021	Aquisições	Baixas Líquidas	Depreciação	Transferências Líquidas	Impairment	Saldo em 30/09/2022
Mobiliário em Geral	1.408	83	(5)	(157)	(4)	-	1.325
Veículos	472	-	-	(72)	-	-	400
Máquinas Motores e Aparelhos	1.832	71	-	(182)	-	-	1.721
Equipamentos Diversos	1.425	330	-	(93)	-	-	1.662
Outros Bens Móveis	73	147	-	(12)	(1)	-	207
Equipamentos de Informática	14.007	3.743	(4)	(2.077)	(85)	-	15.584
Edifícios	26.312	-	-	(825)	-	-	25.487
Instalações	706.030	305	-	(8.120)	(2)	-	698.213
Obras em Andamento	63.447	7.078	-	-	(897)	-	69.628
Terrenos	29	-	-	-	-	-	29
Bens Móveis para Fins Industriais	2.264	-	-	(85)	(1)	-	2.178
Bens Imóveis para Fins Industriais	21.433	-	-	(1.204)	-	-	20.229
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	145.186	-	-	(8.268)	-	-	136.918
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	17.662	-	-	(750)	-	-	16.912
Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	42.594	-	-	-	(42.594)	-	-
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	51.840	-	-	-	56.398	-	108.238
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	<u>518.094</u>	-	-	<u>(7.311)</u>	<u>(13.803)</u>	-	<u>496.980</u>
Total	1.614.108	11.757	(9)	(29.156)	(989)	-	1.595.711

11. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 3.942 (R\$ 3.027 em 31/12/2021) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos e estão sendo amortizados pela vida útil estimada dos itens.

a. Saldos Patrimoniais

Classe	Taxa anual de amortização	30/09/2022			31/12/2021		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil	Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil
Software - ERP	10%	5.413	(3.540)	1.873	4.849	(3.154)	1.695
Demais softwares	20%	<u>30.210</u>	<u>(28.141)</u>	<u>2.069</u>	<u>29.119</u>	<u>(27.787)</u>	<u>1.332</u>
Total		35.623	(31.681)	3.942	33.968	(30.941)	3.027

b. Movimentação

Classe	Saldo em 31/12/2021	Aquisições	Baixas Líquidas	Amortização	Transferências Líquidas	Impairment	Saldo em 30/09/2022
Software - ERP	1.695	-	-	(386)	564	-	1.873
Demais softwares	<u>1.332</u>	<u>775</u>	-	<u>(371)</u>	<u>333</u>	-	<u>2.069</u>
Total	3.027	775	-	(757)	897	-	3.942

12. SEGUROS

A Companhia mantém seguros determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes, levando em consideração a natureza e o grau de risco por montantes suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre ativos e/ou responsabilidades, conforme abaixo:

Limites de cobertura	30/09/2022	31/12/2021
Riscos operacionais (i)	50.000	50.000
Responsabilidade civil dos Administradores (ii)	40.000	40.000
Responsabilidade civil (iii)	30.000	30.000
Automóveis (iv)	2.119	2.119
Casco Marítimo (v)	312	312

(i) Riscos Operacionais

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da Companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, avaliados em R\$ 307.758 (data-base: setembro/2022), abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista, com vigência de 01/05/2022 a 01/05/2023. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

(ii) Responsabilidade civil dos Administradores

O estatuto social da Companhia estabelece a obrigação de manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos Administradores para eventuais coberturas das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados em face deles, relativos às suas atribuições junto à Companhia. O seguro tem vigência de 31/12/2021 a 31/12/2022.

(iii) Responsabilidade civil

A apólice de responsabilidade civil tem cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 05/06/2013, com vigência de 01/05/2022 a 30/04/2023.

(iv) Automóveis

A Companhia possui seguro de veículos onde a avaliação dos referidos bens é em relação à tabela FIPE mais os acessórios agregados, com vigência de 03/06/2022 a 03/06/2023.

(v) Casco Marítimo

A Companhia possui apólice de seguro de casco marítimo da Lancha de Patrulhamento, com vigência de 01/03/2022 a 01/03/2023.

13. OUTROS CRÉDITOS

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas antecipadas	2.521	1.878
Adiantamento de férias e 13º salário	1.210	1.105
Sinistros cobertos por apólice	345	291
Cobrança de Plano de Saúde	241	208
Multa – Prefeitura de Santos – Proc. 54014/2006	126	126
Diversos	31	183
Total	4.474	3.791
Circulante	3.258	2.262
Não Circulante	1.216	1.529

14. SALÁRIOS, PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Salários a pagar	8.891	9.071
Provisão de férias	26.997	27.821
Provisão de 13º Salário	11.420	-
Encargos sociais	4.903	6.035
PLR e remuneração variável de administradores	157	20.933
Total	<u>52.368</u>	<u>63.860</u>

15. FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS

A Companhia possui contratos com prestadores de serviços e fornecedores com prazo médio de 30 dias para pagamento. O saldo de R\$ 104.087 (R\$ 55.267 em 2021) corresponde exclusivamente a prestadores e fornecedores nacionais.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	11.024	6.282
Contribuição financiamento seg. social - COFINS	7.042	8.298
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	4.483	6.701
Programa de integração social - PIS	1.487	1.767
Imposto sobre serviços - ISS	3.192	1.362
Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03	1.316	1.818
Retenção para seguridade social - INSS	1.244	545
Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	582	691
Total	<u>30.370</u>	<u>27.464</u>

17. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO**17.1 - Plano de Pensão**

A gestão do plano de previdência complementar patrocinado pela Companhia é responsabilidade do Portus - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, criada em abril de 1979 para administrar o Plano de Benefícios dos empregados do sistema portuário brasileiro. O Portus é fiscalizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda.

O Portus administra o plano de benefício multipatrocinado – Plano de Benefício Portus 1–PBP1, fechado para adesões desde 2011, estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefício – CNPB da Previc sob nº 19.780.005–29 sob Intervenção Federal decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 23/08/11.

Cisão do Plano de Pensão Portus

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, por meio do Parecer nº 53/2022/CTR/CGTR/DILIC, aprovou em 10/02/2022, a Cisão do Plano de Benefícios Portus 1 – PBP1, CNPB nº 19.780.005–29, com implantação do Plano PBP–SPA (espelho), CNPB nº 2022.0007–65, para parcela cindida referente à patrocinadora Autoridade Portuária de Santos S.A. (SPA).

A PREVIC, em 28/09/2022, por despacho no processo nº 44011.005389/2022–40, informou:

- a) com relação à documentação, observou que o processo foi instruído adequadamente com os documentos exigidos pela norma regente vigente da cisão;
- b) que conforme Termo de responsabilidade de finalização de cisão – SPA (SEI 0488169), a data base efetiva da cisão ocorreu em 31/05/2022.

17.1.1 – Plano de Pensão – obrigação atuarial

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	800.070	921.161
Custo no período	49.138	16.096
(Ganhos) perdas atuariais no período	(62.329)	(125.416)
Contribuições do empregador para o plano	(63.212)	(42.170)
Compartilhamento de risco	-	30.399
Saldo final	<u>723.667</u>	<u>800.070</u>
Plano de pensão – obrigação atuarial	213.101	289.798
Plano de Pensão – Termo de Compromisso Financeiro (17.1.3)	510.566	510.272
Total	<u>723.667</u>	<u>800.070</u>

A mensuração da obrigação atuarial dos planos é dependente, em parte, da seleção de várias premissas atuariais. A Companhia utiliza atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais e no cálculo da obrigação dos benefícios pós emprego. A revisão atuarial efetuada pela empresa Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda está apresentada abaixo:

Premissas adotadas	30/09/2022	31/12/2021
1. Taxa de desconto (nominal)	9,40%	8,91%
2. Retorno esperado dos ativos do plano	9,40%	8,91%
3. Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%
4. Reajuste nominal do benefício	-3,50%	-3,50%

Base de Dados	30/09/2022	31/12/2021
Participantes ativos (passivo principal)	181	181
Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	4.061	4.061
Aposentados	2.411	2.411
Pensionistas	1.650	1.650
Número total de participantes	4.242	4.242
Duração da obrigação (para determinar taxa de desconto)	7,67	8,20

Conciliação da obrigação benefício definido	ATIVOS	INATIVOS
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	129.614	843.373
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(1.200)	-
3. Custo dos juros	8.646	54.164
4. Contribuições de participantes do plano	1.498	-
5. Benefícios pagos	-	(94.949)
6. (Ganho)/perda atuarial	(7.803)	(15.629)
6.a. (Ganho)/perda atuarial - mudança de premissas	(4.537)	(25.770)
6.b. (Ganho)/perda atuarial - ajuste de experiência	(3.266)	10.141
6.c. (Ganho)/perda atuarial - redução de Direitos	-	-
6.d. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	-	-
7. Contribuições Extraordinárias Assistidos	-	20.349
8. Obrigação de Benefício Definido no final do período	130.755	807.308

Valor Justo dos Ativos do Plano	30/09/2022		31/12/2021	
2. Principais Categorias de Ativos (%)				
2.a Disponível	4	-	-	
2.b Realizável (Prev e Adm)	582.332	70,41%	565.225	75,36%
Contribuições Contratadas	514.667	62,23%	508.827	67,84%
Outros ativos a receber	67.665	8,18%	56.397	7,52%
2.C Títulos Públicos	41.143	4,97%	39.667	5,29%
2.d Créditos Privados e Depósitos	-	0,00%	-	0,00%
2.e Ações	43.586	5,27%	39.527	5,27%
2.f Fundos de Investimentos	54.721	6,62%	52.457	6,99%
Renda Fixa	N/D	N/D	52.333	6,98%
Imobiliário	N/D	N/D	124	0,02%
2.g Investimentos Imobiliários	55.607	6,72%	52.676	7,02%
2.h Empréstimos e Financiamentos	-	0,00%	-	0,00%
2.i Precatórios - FND	49.208	5,95%	-	0,00%
2.j Outros - Depósitos Judiciais	494	0,06%	494	0,07%
Total Ativo	827.095	100,00%	750.046	100,00%

(+) Ajuste Valor de Mercado	-	-
(-) Contribuições Contratadas	(514.667)	(508.828)
(-) Contribuições Contratadas em atraso	(2.566)	(1.748)
(-) Uso Próprio	N/D	(2.334)
(-) Exigível Operacional	(859)	(1.719)
(-) Exigível Contingencial	(27.667)	(28.461)
(-) Fundo Previdencial	(31.250)	(13.499)
(-) Fundo de Investimento	-	-
(-) Fundo administrativo	(35.758)	(20.055)
Valor Justo dos Ativos Inicial	214.328	173.401
Valor justo dos ativos	214.328	173.401
Rentabilidade projetada para o período	1.634	1.191
Saldo Previdencial do período	(1.567)	(1.673)
Valor Justo dos Ativos final	214.395	172.919

Outras Premissas Atuariais	30/09/2022	31/12/2021
Rotatividade projetada dos empregados	Não Disponível	Não Disponível
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)
Tábua Entrada em Invalidez	Hunter	Hunter
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Composição familiar (Ativos não elegíveis)	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

Análises de Sensibilidade	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	agravada em 10%	desagrava da em 10%	+ 0,25%	-0,25%
Montante do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	921.379	955.996	921.977	954.693
Valor justo dos ativos do plano	214.395	214.395	214.395	214.395
(Passivo) / Ativo líquido inicial	(706.984)	(741.601)	(707.582)	(740.298)
Passivo do Patrocinador – Redução de direitos (TCF)	510.566	510.566	510.566	510.566
Passivo do Patrocinador – contrib. Futuras (Assistidos)	96.111	99.722	96.174	99.586
Passivo do Patrocinador – contribuição Extraordinárias	203.872	211.532	204.004	211.244
(Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	103.565	80.219	103.162	81.098
Efeito compartilhamento de riscos – participantes	-	-	-	-
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido	(706.984)	(741.601)	(707.582)	(740.298)
Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa – (TCF)	510.566	510.566	510.566	510.566
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido	(196.418)	(231.035)	(197.016)	(229.732)
Variações:				
Aumento/redução obrigação atuarial	-1,78%	1,91%	-1,71%	1,77%
Variação Passivo/Ativo Reconhecido	-2,31%	2,48%	-2,22%	2,30%

17.1.2 – Plano de Pensão – Contribuições mensal

O valor no Balanço Patrimonial de R\$ 2.500 (R\$ 4.804 em 31/12/2021) é relativo à contribuição mensal devida ao Portus referente ao mês de setembro/2022.

17.1.3 – Plano de Pensão – Termo de Compromisso Financeiro

Em 21 de setembro de 1981, a Companhia firmou Convênio de Adesão junto ao Portus a fim de se tornar patrocinadora do Plano de Benefícios Previdenciários Portus 1 – PBP1 administrado pela referida Entidade. Para equacionar a grave insuficiência patrimonial do PBP1, fechado para novas adesões desde 2011, foi ajustado entre os responsáveis do custeio do plano multipatrocinado pelas Companhias do sistema portuário e o Portus (Entidade Administradora) a adoção de estratégia previdencial própria, desenvolvida para buscar a solvência do PBP1.

Desta forma a Companhia (Patrocinadora) firmou o compromisso de arcar com os valores sob sua responsabilidade em razão da imposição legal de equacionar o resultado deficitário do PBP1, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001. Neste Termo de Compromisso Financeiro (TCF), considerando a metodologia de cálculo constante da estratégia previdencial desenvolvida para buscar a solvência do PBP1, a Companhia assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 577.345, apurado em 31 de dezembro de 2019, referente aos valores devidos ao Plano de Pensão – PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar.

O valor acima corrigido até a data da assinatura do termo passou a ser de R\$ 589.105. O pagamento inicial de 20% do saldo devedor, corrigido até o mês anterior ao da assinatura do Termo, foi efetuado em 22/06/2020 no montante de R\$ 117.821. O saldo devedor de 80% (oitenta por cento) está sendo liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas, com amortização calculada pelo sistema Price, taxa de juros mensal de 0,39% (equivalente à taxa anual de 4,81%), acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Abaixo está demonstrado o saldo do Termo de Compromisso Financeiro após os registros contábeis acima mencionados:

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial TCF – Plano PBP1	510.272	487.416
(-) Pagamento de Parcelas	(39.831)	(48.533)
(+) Juros e atualização monetária	40.125	71.389
Saldo devedor remanescente	510.566	510.272
Circulante	40.308	38.033
Não circulante	470.258	472.239

17.2 – Plano de Saúde e Complementação de Aposentadorias

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Plano de Assistência à Saúde (i)	13.831	16.223
Complementação de aposentadoria (ii)	48.967	48.404
Total	62.798	64.627

(i) Plano de Assistência à Saúde

A Companhia disponibiliza plano de saúde a seus empregados, ex-empregados e respectivos dependentes. O plano é administrado pela Santa Casa de Santos e operado na modalidade de preço preestabelecido, com custeio por grupo familiar, sendo que o empregado arca com 50% do valor dessa mensalidade. Quando do desligamento do empregado, a Companhia deve garantir o direito de manter a sua condição de beneficiário, nos termos dos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98 e da Resolução Normativa nº 279/2011 da ANS.

Para os ex-empregados, no período de 01/01/2021 a 30/04/2021, a Companhia subsidiou 20% do valor de suas mensalidades para o plano e, desde 01/05/2021, o ex-empregado é responsável pelo custeio integral do plano de saúde. Apesar do ex-empregado, desde maio/2021, custear integralmente a sua contribuição, não recebendo mais qualquer subsídio da empresa, caso a receita total desse grupo não seja suficiente para arcar com suas despesas (assistenciais e não assistenciais), fica caracterizada a existência do subsídio cruzado oriundo da Companhia, para custear uma parte da despesa.

Os cálculos do compromisso da Companhia com a assistência médica pós-emprego foram efetuados com base no valor do subsídio cruzado concedido pela empresa ao ex-empregado, determinado com base no valor per capita da mensalidade por grupo familiar e na distribuição etária.

Premissas utilizadas nos cálculos

Item	30/09/2022	31/12/2021
Duration dos benefícios (anos)	11,19	11,19
NTN-B (vencimento)	2040	2040
Taxa indicativa da NTN-B	5,6970% a.a.	5,3924% a.a.
Taxa real anual de juros (adotada no desconto a VP)	5,6970% a.a.	5,3924% a.a.
Inflação anual futura estimada	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Taxa nominal anual de juros	9,3964% a.a.	9,0811% a.a.
Taxa nominal anual esperada de retorno de investimentos	9,3964% a.a.	9,0811% a.a.
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)	3,28% a.a.	3,28% a.a.
Aging Factor	3,08% a.a.	3,08% a.a.
Rotatividade anual	3,05%	3,05%
Tábua de mortalidade Geral	AT2000 (Basic Masc)	AT2000 (Basic Masc)
Mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Composição Familiar	Familia Real	Família Real
Idade prevista na aposentadoria	62/65 anos	62/65 anos

Segregação do Valor Presente da Obrigação

Detalhe	30/09/2022	31/12/2021
Benefícios a Conceder	2.166	2.653
Benefícios Concedidos	11.665	13.570
Total	13.831	16.223

(ii) Complementação de Aposentadoria

Ao se aposentarem, os empregados admitidos até 04/06/1965 passaram a receber da Companhia benefício vitalício de complementação de aposentadoria, definido como a diferença entre (a) o valor do salário base acrescido do adicional por tempo de serviço na época de seu desligamento, reajustado conforme a variação salarial ocorrida nos salários dos empregados ativos e (b) o benefício de aposentadoria pago pela Previdência Oficial. Atualmente são 213 ex-empregados no usufruto do benefício não extensivo aos dependentes. Não existem mais funcionários ativos que preencham os requisitos de direito ao benefício.

Conciliação da obrigação do benefício definido	30/09/2022	31/12/2021
1. Obrigação do benefício definido no início do exercício	48.404	56.210
2. Custo do serviço corrente	-	-
3. Custo dos juros	3.107	3.498
4. Benefícios pagos	(5.368)	(7.735)
5. (Ganho) perda atuarial – Resultados Abrangentes	2.824	(3.569)
5.1 (Ganho) perda atuarial – mudança de premissas	(1.424)	(7.384)
5.2 (Ganho) perda atuarial – ajuste de experiência	4.248	3.815
6. Obrigação de benefício definido no final do exercício	48.967	48.404

Acordo individual para cessação do benefício de Complementação de Aposentadoria

Em 24/03/2022 foi entabulado Acordo Coletivo de Trabalho estipulando condições de adesão ao acordo individual de cessação definitiva do benefício de complementação de aposentadoria, mediante o pagamento de valor compensatório aos ex-colaboradores aposentados, admitidos pela Companhia Docas de Santos – CDS (atual SPA).

O acordo encontra-se pendente de homologação judicial, no bojo do processo em trâmite perante o Centro judiciário de solução de conflitos do TRT2 (Cejusc), sendo que 59 ex-funcionários aderiram ao mesmo, cujo benefício mensal deixará de ser pago em relação a estes a partir da homologação e quitação compensatória.

18. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A Companhia mantém contratos de arrendamentos, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do Porto Organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas “sítio padrão”, conforme descrito a seguir:

- a) Sítio de Cais: plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);
- b) Sítio de Retro área: plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos abaixo, cujas áreas demandavam investimentos para que fossem atingidas as condições mínimas exigidas nas regras descritas no “Sítio Padrão”, tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores das obras realizadas pelo arrendatário são ressarcidos pela Companhia, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas. A composição está demonstrada abaixo:

Arrendatário	Saldo 31/12/2021	Correção	Pagamentos	Saldo 30/09/2022
Brasil Term. Portuário				
Contrato 24/2001 (até 01/2027) Correção: IPCA/mensal	113.035	5.635	(16.451)	102.220
Ecoporto Santos S/A				
Contrato 28/1998 (até 06/2023) Correção: TJLP/trimestral	3.734	158	(1.929)	1.962
Total	116.769	5.793	(18.380)	104.182
Circulante	24.726			25.106
Não Circulante	92.043			79.076

19. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal das suas operações. A Administração, baseada na opinião e informações do Departamento Jurídico, acredita que a provisão para estas ações judiciais é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia.

19.1 Processos judiciais provisionados:

a) Provisão trabalhista

Nos processos trabalhistas, destacam-se: (i) ações individuais de revisão da metodologia de cálculo da complementação de aposentadoria; (ii) diferenças de cálculo de horas extras e seus reflexos nos repousos semanais remunerados; e (iii) adicional noturno.

b) Provisão cível

Refere-se basicamente a: (i) pleitos de atualização monetária e juros envolvendo contratos de prestação de serviços; e (ii) indenizações por lucros cessantes.

Movimentação das Provisões	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2020	203.716	267.983	471.699
(+) Adições	97.850	37.395	135.245
(-) Reversão e baixas	(58.678)	(45.259)	(103.937)
Saldo em 31/12/2021	242.888	260.119	503.007
(+) Adições	55.763	32.253	88.016
(-) Reversão e baixas	(73.759)	(7.423)	(81.182)
Saldo em 30/09/2022	224.892	284.949	509.841
Circulante	157.237	220.401	377.638
Não Circulante	67.655	64.548	132.203

19.2 Processos judiciais não provisionados.

Considerando a opinião do Departamento Jurídico, o montante abaixo estimado para processos judiciais possui expectativa de perda avaliada como possível e, devido a esta classificação, não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas do CPC e IFRS.

	30/09/2022	31/12/2021
Processos Trabalhistas	102.087	101.788
Processos Cíveis (i)	1.369.101	3.298.912
Total	1.471.188	3.400.700

(i) Processos judiciais não provisionados – cíveis

Com relação aos processos cíveis classificados pelo Departamento Jurídico como perda possível no montante de R\$ 1.369.101 (R\$ 3.298.912 em 2021), destacamos os mais relevantes, que representam 66,6% do total (87,0% em 2021):

Reclamante	Foro	30/09/2022	31/12/2021
Portus – Instituto de Seguridade Social (I)	Rio de Janeiro	-	2.081.084
Rodrimar S/A Transportes (II)	Santos	621.821	525.289
Consórcio Draga Brasil (III)	Seção Judiciária- DF	290.657	263.671
Subtotal		912.478	2.870.044
Outros Processos		456.623	428.868
Total		1.369.101	3.298.912

I. **Portus Instituto de Seguridade Social** – O montante mencionado e considerado para fins de estimativa, no processo impetrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, correspondente ao valor dado à causa, refere-se ao montante total do movido pela entidade contra todas as patrocinadoras. O processo passou a ser classificado como perda “remota”, dada decisão proferida em 04/10/2022 pela 5ª. Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, onde confirmou a sentença de extinção da inicial por inépcia, dando parcial provimento à apelação do Portus tão somente para reduzir os honorários sucumbenciais anteriormente fixados.

II. **Rodrimar S/A Transportes** – Considerando que inexistente, até o momento, um valor definido judicialmente para mensurar a condenação desta, já transitada em julgado, procedeu-se, para fins de provisionamento, a uma análise pericial interna, amparada pelos critérios já anteriormente indicados pela AGU como compatíveis com a liquidação pretendida, resultando no valor estimado de R\$ 45 milhões, atualmente provisionado como “provável”. Para o mesmo processo, nosso Departamento Jurídico avaliou como perda possível o montante de R\$ 622 milhões (R\$ 525 milhões em 2021), correspondente à diferença atualizada do valor pretendido pela empresa Rodrimar S/A. A manutenção da decisão judicial vigente e a realização de nova perícia são essenciais para a determinação dos valores em litígio. A Companhia e a União Federal estão pleiteando a realização de nova prova pericial contábil, sob parâmetros técnicos não contemplados na perícia anteriormente realizada na Justiça Estadual e posteriormente anulada. A empresa Rodrimar reivindica a revalidação do laudo pericial, justificando dessa forma a classificação do valor provisionado da demanda judicial segregado em provável e possível.

III. **Consórcio Draga Brasil** – Processo movido pelo consórcio contra a União e a Companhia, pleiteando o reconhecimento do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro referente ao contrato administrativo Nº 18/2009, com objeto de realização de dragagem de manutenção e aprofundamento, firmado com a União Federal por meio da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República – SEP. A empresa neste contrato figura apenas como interveniente-anuente.

20. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos assinados com a Companhia envolvem montantes de Outorgas que são apropriados ao resultado, em base linear, durante o período compreendido entre a data de assunção da área pela arrendatária e a data de vencimento do contrato de arrendamento. No período findo em 30/09/2022 foi reconhecido à receita a importância de R\$ 41.410 (R\$ 31.641 em 30/09/2021), conforme demonstrado a seguir:

Arrendatária	Total de meses	Meses restantes	31/12/2021	Adições	Apropriações	30/09/2022
Santos Brasil Part. S/A	300	2	4.676	-	(3.826)	850
Term. Exportador Santos S/A	300	147	113.767	-	(6.564)	107.203
Cargill Agrícola S/A	300	147	142.704	-	(8.233)	134.471
Bradesco S/A	60	43	1.127	-	(195)	932
Eldorado Brasil S/A	300	280	240.833	-	(7.500)	233.333
Bracell SP Celulose	300	281	246.500	-	(7.650)	238.850
Petróleo Brasileiro S/A	300	296	-	558.250	(7.442)	550.808
Cofco International	300	300	-	10.000	-	10.000
Total			749.607	568.250	(41.410)	1.276.447

21. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

Até o ano de 2020 a União destinou recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Nos recursos recebidos pela Companhia até 30/06/2018, enquanto não capitalizados, incidem encargos financeiros com base na variação da taxa Selic, conforme previsto no decreto 2.673/98. Para os recursos recebidos a partir de 01/07/2018, conforme Decreto 8.945/2016, não incidem atualização monetária.

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo Inicial	341.585	866.079
Aumento de capital no período	(185.614)	(528.947)
Devoluções à UNIÃO no período	-	(12.286)
Encargos financeiros - Decreto 2.673/98	26.585	16.739
Saldo final	182.556	341.585
- Principal	107.400	193.400
- Atualização monetária	75.156	148.185

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adiantamento de Tarifa Portuária (i)	15.483	15.876
Caução de garantia (ii)	7.298	6.581
Adicional de Tarifa Portuária (iii)	-	6.476
Pensões judiciais	500	501
Empréstimo consignado - colaboradores	211	212
Contribuições sociais e sindicais	348	337
Plano de Previdência Contribuição Definida	576	493
Diversos	267	251
Total - Circulante	24.683	30.727

(i) O adiantamento de tarifas portuárias são depósitos de garantia efetuados pelos usuários do porto.

(ii) Para garantia e completo atendimento das obrigações dispostas em contrato, é exigido caução de garantia. O item corresponde a valores depositados em moeda corrente. O montante de R\$ 6.476 foi contabilizado em junho/2022 ao resultado em função da prescrição dos prazos constantes nos artigos 205 e seguintes do Código Civil, conforme parecer de nossos advogados internos.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1 – Capital social

O Capital Social é de R\$ 996.168 (R\$ 810.554 em 2021) representado por 763.608.754.771 ações ordinárias, sem valor nominal e de classe única. A Companhia é uma empresa pública e tem como únicos acionistas a União Federal com 763.608.753.555 ações (99,99999984%) e o Município de Santos, com 1.216 ações (0,00000016%).

23.2 – Reserva Legal

Conforme artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve transferir, antes de qualquer destinação, 5% do lucro líquido anual para reserva legal até que o seu valor seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos.

23.3– Outros resultados abrangentes

Os valores registrados nessa rubrica decorrem de itens que não serão reclassificados para o resultado acumulado e são revisados trimestralmente por empresa especializada em função de premissas atuarias. A composição do saldo no patrimônio líquido é de itens correspondentes a benefícios pós emprego, conforme discriminado abaixo:

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	77.265	(45.093)
Ganho (perda) atuarial – plano de pensão de benefício definido	62.328	103.554
Ganho (perda) atuarial – plano de saúde	2.726	15.235
Ganho (perda) atuarial – complementação de aposentadorias	(2.824)	3.569
Saldo final	<u>139.495</u>	<u>77.265</u>

24. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações.

	<u>30/09/2022</u>	<u>30/09/2021</u>
Lucro líquido atribuído aos acionistas	415.961	267.971
Número de ações (em milhares) – média ponderada	667.746.326	335.809.029
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	<u>0,62</u>	<u>0,80</u>

25. RECONCILIAÇÃO DA RECEITA BRUTA PARA A RECEITA LÍQUIDA

As receitas são provenientes das tarifas cobradas pela utilização da infraestrutura portuária e dos arrendamentos de áreas dentro do Porto organizado de Santos:

	Período de três meses findo em 30 de setembro		Período de nove meses findo em 30 de setembro	
	2022	2021	2022	2021
Receitas Tarifárias				
- Utilização da Infraestrutura de acesso aquaviário	151.460	144.202	464.571	450.761
- Utilização da infraestrutura terrestre	68.527	33.546	159.590	94.095
- Acostagem	27.151	-	47.556	-
- Fornecimento de energia	10.128	11.860	36.787	33.289
- Outras receitas	4.571	3.001	12.065	8.954
Total Receitas Tarifárias	<u>261.837</u>	<u>192.609</u>	<u>720.569</u>	<u>587.099</u>
Receitas de arrendamento (Nota 25.2)	179.122	127.129	470.878	361.937
Receita Bruta	<u>440.959</u>	<u>319.738</u>	<u>1.191.447</u>	<u>949.036</u>
- Cancelamentos	-	-	(2.893)	-
- Imposto sobre serviços - ISS	(12.442)	(8.953)	(33.676)	(27.434)
- Imposto circulação de mercadorias-ICMS	(1.823)	(2.135)	(6.622)	(5.992)
- Programa de integração social - PIS	(7.246)	(5.241)	(19.502)	(15.570)
- Contrib. Financiamento seg. social- COFINS	(33.374)	(24.137)	(89.826)	(71.714)
Receita Líquida	<u>386.074</u>	<u>279.272</u>	<u>1.038.928</u>	<u>828.326</u>

25.1 Classificação das receitas tarifárias:

- Utilização da Infraestrutura de acesso aquaviário:
Envolve as cobranças pela utilização do acesso aquaviário e remunera os serviços de dragagem, balizamento, batimetria, sinalização e de preservação do meio ambiente.
- Utilização da Infraestrutura Terrestre:
Remunera as operações na infraestrutura terrestre e as despesas equivalentes ao “condomínio” (áreas comuns do Porto para acesso aos terminais, pagas pelos arrendatários);
- Acostagem:
Remunera a utilização da infraestrutura de Cais, píeres e pontes de atracação, bem como as instalações, redes e sistemas, localizados na faixa de cais, para iluminação, água, esgoto, energia elétrica, telecomunicações, combate a incêndio, proteção ambiental, segurança do trabalho, sanitários e estacionamento, bem como vigilância dessas dependências portuárias;

- Serviços Gerais:
A Companhia fornece água por meio de sistema próprio de captação/tratamento e de energia elétrica por meio da usina hidrelétrica situada no município de Bertiooga e de outros serviços complementares.

25.2 Receitas de Arrendamento

Os bens imóveis das áreas arrendadas pela Companhia estão sob a sua guarda, responsabilidade e gestão nos termos do decreto 85.309 de 30/10/1980 e são de propriedade da União. Todos os contratos bem como as demais informações, estão disponíveis no site www.portodesantos.com.br. Os principais contratos são:

ARRENDÁTARIO	Período de três meses findo em 30 de setembro		Período de nove meses findo em 30 de setembro	
	2022	2021	2022	2021
Santos Brasil Participações S/A	24.439	21.696	74.617	62.416
TES – Terminal Exportador de Santos S/A	15.452	5.582	41.692	26.785
TEG – Terminal Exportador do Guarujá	10.792	10.224	33.367	30.266
Brasil Terminal Portuário S/A (i)	21.817	4.448	32.135	13.702
Petrobras Transporte S/A Transpetro	10.274	12.880	30.823	26.932
Elevações Portuárias S/A	6.642	5.762	18.239	16.021
AGEO Terminais e Armazéns Gerais S/A	5.342	4.931	15.539	13.863
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	5.373	3.950	15.151	11.006
ADM do Brasil Ltda	4.673	6.072	13.714	14.767
Ecoporto Santos S/A	4.959	3.917	12.519	9.485
Terminal de Graneis do Guarujá S/A	4.244	3.653	12.305	9.704
T Grão Cargo Terminal de Graneis S/A	3.835	1.940	11.990	6.992
Hidrovias do Brasil Administração Portuária	3.205	2.616	8.979	10.452
Bracell SP Celulose Ltda	3.138	1.943	8.889	3.514
Fibria Terminal de Celulose de Santos S/A	4.710	1.970	8.596	5.928
Localfrio S/A Armazéns Gerais Frigorífico	2.624	2.958	8.163	7.950
Terminal 12A S/A	2.130	1.624	6.497	4.974
Bunge Alimentos S/A	4.203	1.096	6.371	2.967
Marimex Despachos, Transp. e Serviços	2.103	1.749	6.297	5.304
Terminal Marítimo do Guarujá S/A	1.962	1.775	5.811	4.990
Subtotal	141.917	100.786	371.694	288.016
Demais contratos	20.300	15.021	57.969	42.280
Apropriação da receita diferida	16.905	11.322	41.215	31.641
Receita de arrendamentos – Nota 25	179.122	127.129	470.878	361.937

(i) Incluso R\$ 16.783 referente a revisão quinquenal da movimentação mínima contratual do período de abril/2019 a dezembro/2020, objeto de decisão judicial a favor da Companhia.

26. CUSTOS DOS PRODUTOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Período de três meses findo em 30 de setembro		Período de nove meses findo em 30 de setembro	
	2022	2021	2022	2021
	Pessoal, enc.do trabalho e benefícios	30.603	31.375	90.266
Encargos sociais	9.157	10.023	26.995	29.566
Serviços de terceiros	94.224	27.188	142.684	78.168
Depreciação e amortização	9.978	10.220	29.915	30.762
Aluguéis	1.792	1.741	6.426	5.397
Utilidades, serviços e materiais	1.596	2.975	7.456	7.988
Total	147.350	83.522	303.742	243.901

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	Período de três meses findo em 30 de setembro		Período de nove meses findo em 30 de setembro	
	2022	2021	2022	2021
	Pessoal, enc.do trabalho e benefícios	15.776	16.735	45.990
Encargos sociais	4.688	4.443	13.524	13.552
Serviços de Terceiros	1.772	2.762	6.496	6.807
Aluguéis	304	114	817	397
Utilidades e serviços e materiais	2.650	2.510	7.523	5.613
Impostos, taxas e contribuições	790	129	1.815	1.214
Demandas judiciais	19.402	18.322	69.824	54.264
Órgãos Colegiados	1.062	1.015	3.077	2.905
Outras	143	245	1.118	2.587
Total	46.587	46.275	150.184	135.657

28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Período de três meses findo em 30 de setembro		Período de nove meses findo em 30 de setembro	
	2022	2021	2022	2021
	Reversão do saldo de ATP (i)	-	-	6.476
Venda de Materiais –Sucatas e Outros	-	-	3	6.176
Indenizações e Multas Contratuais	307	1.019	549	1.033
Cessão do direito operacional	65	65	195	401
PIS/COFINS–Exclusão ICMS na base cálculo	-	-	-	1.563
Outras	17	-	260	23
Total	389	1.084	7.483	9.196

(i) O valor de R\$ 6.476 refere-se ao saldo de ATP – Adicional de Tarifa Portuária, até então registrado no Passivo Circulante, e foi apropriado ao resultado em junho/2022 em função da prescrição dos prazos constantes nos artigos 205 e seguintes do Código Civil, conforme parecer de nossos advogados internos.

29. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Período de três meses findo em 30 de setembro		Período de nove meses findo em 30 de setembro	
	2022	2021	2022	2021
(Ganho) perda atuarial plano de pensão (i)	16.808	(5.743)	7.542	(6.842)
Plano de Desligamento Incentivado – PIDV	-	-	10.691	-
(Ganho) perda atuarial benefício pós emprego (i)	1.195	811	3.441	3.176
Multas	4	344	832	750
Perda na Baixa de Ativos Imobilizados	-	-	127	2.096
Constituição(reversão) créd. liquidação duvidosa	-	(4.110)	(867)	1.460
Perda com créditos incobráveis	8	-	875	4
Perdas com Créditos – Decisão Judicial	-	-	-	317
Redução ao valor recuperável de ativos	-	(16)	-	116
Outras	56	49	735	103
Total	18.071	(8.665)	23.376	1.180

(i) (Ganho) perda atuarial com Plano de Pensão (Benefício Definido), Plano de Assistência à Saúde e Complementação de Aposentadoria, conforme nota explicativa 17.

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Período de três meses findo em 30 de setembro		Período de nove meses findo em 30 de setembro	
	2022	2021	2022	2021
Receitas Financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	54.643	10.298	124.616	17.760
Juros e variação monetária	9.769	11.088	60.412	31.349
Outras	632	1.995	1.248	2.561
Receitas Financeiras Totais	65.044	23.381	186.276	51.670
Despesas Financeiras				
Encargos sobre TCF – Plano de pensão	261	(21.191)	(40.126)	(51.683)
Juros pagos ou incorridos	(13.521)	(3.463)	(36.417)	(11.141)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(3.025)	(1.087)	(8.662)	(2.403)
Variação monetária	(8.212)	(2.678)	(14.338)	(20.815)
Despesas Financeiras Totais	(24.497)	(28.419)	(99.543)	(86.042)
Resultado Financeiro líquido	40.547	(5.038)	86.733	(34.372)

31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

O reconhecimento dos créditos fiscais diferidos ativos leva em consideração as incertezas nos tratamentos de tributos sobre o lucro no contexto de leis fiscais, bem como na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes, sendo revisada anualmente. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução dos eventos futuros e que não ultrapassam dez anos. Os créditos fiscais diferidos ativos foram reconhecidos com base na projeção de lucro tributável nos exercícios subsequentes e serão realizados na proporção da realização das provisões e da compensação de prejuízos fiscais.

31.1 – Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	30/09/2022			
	Base de Cálculo	IRPJ -25%	CSLL- 9%	Ativo Diferido
Provisão Trabalhista	224.892	56.223	20.240	76.462
Provisão Cível	284.949	71.237	25.645	96.883
Perdas crédito de liquidação duvidosa	15.275	3.819	1.374	5.194
Provisão Fornecedores	47.196	11.799	4.248	16.047
Impairment – Imobilizado	9.004	2.251	810	3.061
Prejuízo Fiscal IRPJ	374.533	93.633	-	93.633
Base Negativa CSLL	370.322	-	33.329	33.329
Total Geral		238.962	85.646	324.609

	31/12/2021			
	Base de Cálculo	IRPJ -25%	CSLL- 9%	Ativo Diferido
Provisão Trabalhista	242.888	60.722	21.859	82.581
Provisão Cível	260.119	65.030	23.410	88.440
Perdas crédito de liquidação duvidosa	15.473	3.868	1.393	5.261
Provisão Fornecedores	39.904	9.976	3.591	13.567
Impairment – Imobilizado	10.071	2.518	907	3.425
Prejuízo Fiscal IRPJ	589.987	147.497	-	147.497
Base Negativa CSLL	586.076	-	52.747	52.747
Total Geral		289.611	103.907	393.518

A Administração, com base em projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados sejam realizados, conforme abaixo:

Ano	R\$ mil
2022	84.303
2023	144.318
2024	49.391
2025	22.634
2026	4.175
2027	19.788
Total	324.609

31.2 – Conciliação da taxa do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

CONCILIAÇÃO DE TAXA	Período de nove meses findo em 30 de setembro	
	2022	2021
Lucro Antes do Imposto de Renda e CSLL	655.841	422.412
Alíquota de Imposto de Renda e CSLL (34%)	(222.986)	(143.620)
(Adições) e Exclusões Permanentes	Base 2022	
Incentivos fiscais	1.211	412
Lucro não tributado pelo adicional	180	18
Plano de pensão e benefícios pós-emprego	(51.111)	(17.378)
Encargos de depreciação – IPC/BTNF	(998)	(90)
Outras adições permanentes	(4.084)	(1.389)
(Adições) e Exclusões Temporárias		
Depreciação de impairment	1.065	362
Reversão (constituição) de impairment sobre ativos	-	-
Outras (adições) exclusões temporárias	(9.422)	(3.203)
Total	(21.268)	7.819
Compensação de prejuízo fiscal IR – 25%	215.455	53.864
Compensação da base negativa da CSLL – 9%	215.754	19.418
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(170.972)	(95.055)
Imposto de Renda Corrente	(125.664)	(69.843)
Contribuição Social Corrente	(45.308)	(25.212)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(68.909)	(59.386)
Imposto de Renda Diferido	(50.648)	(43.646)
Contribuição Social Diferido	(18.261)	(15.740)
TOTAL	(239.881)	(154.441)
Taxa efetiva de tributos sobre o lucro	36,58%	36,56%

32 – REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: setembro/2022) pagas pela Companhia aos seus administradores e empregados, incluídas todas as vantagens e benefícios foram:

<u>ADMINISTRADORES</u>	<u>em reais</u>
- maior remuneração	46.144,50
- menor remuneração	39.711,01
- remuneração média	42.134,42
<u>EMPREGADOS</u>	
- maior remuneração	44.153,69
- menor remuneração	1.872,55
- remuneração média	15.462,07
- valor médio global dos benefícios	1.875,04

Na composição dos benefícios oferecidos estão inclusos: seguro de vida, auxílios moradia (exclusivo para administradores), alimentação, transporte e creche, plano de saúde e previdência privada.

<u>Número de empregados</u>	
<u>Em 31/12/2021</u>	<u>968</u>
(+) Admissões	3
(-) Desligamentos	(121)
<u>Em 30/09/2022</u>	<u>850</u>

32.1 – Membros chave da administração da Companhia

As remunerações totais dos membros dos Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e da Diretoria Executiva da Companhia tem por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério da Economia e são apresentadas a seguir:

<u>Período de nove meses findos em 30/09/2022</u>	<u>Conselho Administração</u>	<u>Conselho Fiscal</u>	<u>Comitê Auditoria</u>	<u>Diretoria Executiva</u>	<u>Total</u>
Salários e Benefícios	237	106	71	1.567	1.981
Encargos sociais	47	21	14	690	773
Previdência complementar	-	-	3	165	168
Remuneração total	285	127	88	2.422	2.922
Remuneração média mensal	3,77	3,92	3,94	34,82	
Número médio de membros	7	3	3	5	

Período de nove meses findos em 30/09/2021	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria	Diretoria Executiva	Total
Salários e Benefícios	179	96	85	1.656	2.016
Encargos sociais	36	19	17	690	762
Previdência complementar	-	-	-	62	62
Remuneração total	215	115	102	2.408	2.840
Remuneração média mensal	3,97	3,56	4,72	36,80	
Número médio de membros	5	3	3	5	

No Comitê de Auditoria um dos membros não é remunerado em função de participar também do Conselho de Administração.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

A SPA divulgou em 17/10/2022 a composição da nova cessionária que administrará a Ferrovia Interna do Porto de Santos. A Ferrovia Centro Atlântica S/A (VLI), MRS Logística S/A e Rumo S/A são as 3 empresas ferroviárias aprovadas para integrar a nova cessionária que administrará a Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips).

A nova cessionária será responsável pela gestão, operação, manutenção e expansão do empreendimento pelo prazo de 35 anos e terá de realizar investimentos da ordem de R\$ 891 milhões, no prazo máximo de 5 anos, contados da aprovação dos respectivos projetos executivos pela SPA.

A capacidade ferroviária do complexo portuário de Santos está próxima da saturação, com 94% de utilização, sendo imprescindível sua expansão para dar vazão, com eficiência, à movimentação futura, cuja projeção é dobrar no prazo de 5 a 10 anos. O contrato associativo é uma das principais inovações da Fips, em que as empresas ferroviárias integrantes da cessionária realizarão uma gestão cooperativa baseada em uma autorregulação administrativa e operacional, na qual compartilharão custos e sem finalidade lucrativa. Ao longo de toda a vigência contratual a cessionária realizará, bianualmente, chamamentos públicos, de forma a garantir o ingresso de novos associados

FERNANDO
HENRIQUE PASSOS
BIRAL:17269315876

Assinado de forma digital por FERNANDO
HENRIQUE PASSOS BIRAL:17269315876
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3,
ou=VALID, ou=AR ACAA CERTIFICADORA,
ou=23731308000102, cn=FERNANDO HENRIQUE
PASSOS BIRAL:17269315876
Dados: 2022.11.04 17:43:53 -03'00'

FERNANDO H. PASSOS BIRAL
Diretor Presidente

**MARCUS DOS
SANTOS
MINGONI:146522218
94**

Assinado de forma digital por MARCUS DOS
SANTOS MINGONI:14652221894
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3,
ou=VALID, ou=AR SIMPLE WAY CERTIFICACAO
DIGITAL, ou=Presencial, ou=29406892000107,
cn=MARCUS DOS SANTOS
MINGONI:14652221894
Dados: 2022.11.04 09:40:30 -03'00'

MARCUS DOS SANTOS MINGONI

Diretor de Administração e Finanças

**BRUNO
STUPELLO:29213
314892**

Assinado de forma digital
por BRUNO
STUPELLO:29213314892
Dados: 2022.11.04 17:33:10
-03'00'

BRUNO STUPELLO

Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação

**MARCELO
RIBEIRO DE
SOUZA:8849358
0759**

Assinado de forma digital por MARCELO
RIBEIRO DE SOUZA:88493580759
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-
CPF A3, ou=VALID, ou=AR ACO
CERTIFICADORA, ou=23731308000102,
cn=MARCELO RIBEIRO DE
SOUZA:88493580759
Dados: 2022.11.04 09:48:31 -03'00'

MARCELO RIBEIRO DE SOUZA

Diretor de Operações

**AFRANIO DE
PAIVA MOREIRA
JUNIOR:3444322
3720**

Assinado de forma
digital por AFRANIO DE
PAIVA MOREIRA
JUNIOR:34443223720
Dados: 2022.11.04
09:57:34 -03'00'

AFRÂNIO DE PAIVA M. JUNIOR

Diretor de Infraestrutura

**LUCIANA
PARREIRA
PINHEIRO
PEREIRA:1993121
8894**

Assinado de forma
digital por LUCIANA
PARREIRA PINHEIRO
PEREIRA:19931218894
Dados: 2022.11.04
09:30:40 -03'00'

LUCIANA PARREIRA P PEREIRA

Gerente de Contabilidade

CRC 1SP 188.629/O-3